

CAMINHOS PARA O RIO GRANDE DO SUL

NOSSO ESTADO, NOSSA CAUSA

JUNHO/2026



*Diretrizes estratégicas a partir do documento
político-programático "Caminhos para o Brasil"*

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUTMARÃES 

MDB
60 ANOS
#PONTODEEQUILÍBRIO



O BRASIL SE CONSTRÓI A PARTIR DOS ESTADOS

O MDB sempre teve compromisso com a construção de soluções equilibradas para o Brasil. Um país do tamanho do nosso só avança quando seus estados conseguem desenvolver suas potencialidades, enfrentar seus desafios e criar oportunidades concretas para a população.

Inspirado no documento “Caminhos para o Brasil – Nosso País, Nossa Causa”, este material busca transformar diretrizes nacionais em propostas alinhadas às características e prioridades de cada unidade da federação, conectando grandes temas às realidades locais.

O Rio Grande do Sul possui potencialidades estratégicas, desafios próprios e um papel importante no desenvolvimento regional e nacional. Por isso, pensar o futuro do Estado exige diálogo, planejamento, responsabilidade fiscal, capacidade de gestão e compromisso permanente com a melhoria da vida das pessoas.

O MDB acredita na política que constrói convergência ao unir desenvolvimento econômico, equilíbrio institucional e compromisso social. Este documento é uma contribuição para esse debate: um material pensado para ajudar o Rio Grande do Sul a formular caminhos responsáveis, modernos e conectados às necessidades da sociedade.

Precisamos de menos improviso e mais visão de longo prazo. É assim que se fortalece um Estado. É assim que se fortalece o Brasil.



Baleia Rossi

Presidente Nacional
do MDB

PENSAR O BRASIL É PENSAR AS PESSOAS

A boa política começa quando existe capacidade de compreender a realidade e coragem para planejar o futuro. O projeto “Caminhos para os Estados” nasce exatamente desse compromisso: ajudar a organizar ideias, prioridades e soluções para os desafios de cada Estado brasileiro.

A partir da experiência construída em “Caminhos para o Brasil”, a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) apresenta agora um material voltado às particularidades de cada unidade da federação, respeitando suas vocações, demandas e dinâmica social e econômica.

O Rio Grande do Sul vive desafios que exigem responsabilidade, capacidade de adaptação, modernização da gestão e visão estratégica. Nenhum Estado cresce de forma sustentável sem investimento em capital humano, melhoria do ambiente econômico, fortalecimento

institucional e preparação para as transformações que já estão acontecendo no Brasil e no mundo.

Nós acreditamos que governar não é apenas administrar estruturas. Governar é preparar pessoas, construir oportunidades e criar condições para que a sociedade avance com segurança e confiança.

Este documento é uma contribuição para qualificar o debate público e estimular uma visão de futuro baseada em planejamento e responsabilidade, pois pensar o amanhã também é um dever de quem escolheu a vida pública.



Alceu Moreira

Presidente da Fundação
Ulysses Guimarães



SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	01
<i>Contexto Político-Histórico-Estratégico</i>	02
<i>Causas Mobilizadoras de "Caminhos para o Brasil - Rio Grande do Sul"</i>	03
<i>Eixo 1: Evolução Institucional e Governança</i>	
<i>Eixo 2: Retomada do Desenvolvimento e Reconversão Econômica</i>	
<i>Eixo 3: Redução das Desigualdades e Integração Social</i>	
<i>Mensagem de Convergência</i>	04

APRESENTAÇÃO

A formulação de diretrizes estratégicas para o futuro plano de governo da pré-candidatura do MDB no Rio Grande do Sul, a partir do documento político-programático nacional "Caminhos para o Brasil", é um compromisso da Fundação Ulysses Guimarães para com o debate pré-eleitoral nos Estados. As eleições estaduais são uma oportunidade de inserir nas discussões uma agenda responsável, equilibrada e despolarizada, focada nos assuntos principais do país e do Estado.

"Caminhos para o Brasil", lançado em outubro de 2025, mobilizou mais de 8.500 brasileiros, incluindo lideranças políticas, militantes do MDB e especialistas em assuntos diversos relacionados a políticas públicas e de interesse nacional, com 26 encontros estaduais presenciais e 22 encontros temáticos virtuais.

A forma de integrar o documento político-programático nacional a contribuições para o contexto do Rio Grande do Sul se expressa na apresentação de 8 (oito) causas mobilizadoras, presentes em "Caminhos para o Brasil", mas que apresentam uma forte identidade com as prioridades estratégicas do Rio Grande do Sul e que podem ser enfatizadas tanto no plano de governo quanto nas ações efetivas de um governo do Estado com capacidade de convergir a sociedade.

Essas causas mobilizadoras, além de expressar algumas das prioridades para centrar o debate, apresentam e estruturam propostas de avanço para o Rio Grande do Sul no sentido de desenvolver uma plataforma que responda ao momento e ao futuro próximo do Estado, tendo como referência um posicionamento político responsável e propositivo.



CONTEXTO POLÍTICO- -HISTÓRICO-ESTRATÉGICO, DETERMINANTE DAS CAUSAS **MOBILIZADORAS**

No contexto geral do estado do Rio Grande do Sul, são identificados quatro processos sistêmicos que denotam maior atenção e foco do governo estadual, além das funções de Estado tradicionais. Esses processos sistêmicos devem influenciar diretamente as estratégias que formarão as causas mobilizadoras e suas diretrizes. São temas complexos e que exigem uma atitude de responsabilidade e governança bem articulada a partir do Governo do Estado. Não há espaço para soluções simplistas.

A CONTINUIDADE DO ENFRENTAMENTO A CORPORATIVISMOS E IMOBILISMO NA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E ESTRUTURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Os últimos quatro anos apresentaram alguns indicadores de evolução na situação das finanças, como a melhoria do "rating" do RS dentre os pagadores nacionais, com o Estado atingindo o nível "C" da capacidade de pagamento (CAPAG), sendo que, tradicionalmente, a classificação do RS desde 1995 se mantém no nível "D". Também melhorou sensivelmente a capacidade de investimento do Estado. No entanto, o quadro estrutural de projeção das finanças públicas do RS continua a demandar esforço

e ajustes, até mesmo porque o estado do Rio Grande do Sul voltará a pagar o serviço da dívida a partir de maio de 2027.

A reforma tributária e a PEC 66 também trazem oportunidades para maior reorganização financeira do Estado e a busca de melhores soluções de repactuação da dívida, que serão sempre possíveis a partir da melhoria de reputação e evidência de aprofundamento do processo de reformas e modernização da gestão.



A URGÊNCIA DA DEMOGRAFIA E A RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO ECONÔMICA EM ESCALA

O Rio Grande do Sul encerrou o pico do seu bônus demográfico em 2014 ou 2015, e a partir de 2027 deverá, inclusive, conviver com a situação de população total declinante, com redução proporcional da população ativa e aumento de idosos e inativos. Para se contrapor ao aumento da razão de dependência, ou seja, da proporção de população inativa sobre a população ativa, a solução é um processo consistente de aumento da produtividade econômica e de valorização do capital humano. Esse processo, no Rio Grande do Sul, está diretamente ligado à reconversão e diversificação econômica. A participação decrescente do Estado no PIB brasileiro, atingindo cerca de 6% em 2025, de uma posição de 7,8% no ano 2000 e 8,6% em 1970, indica que o processo de estagnação econômica comparativa se acelera muito nesse século XXI.

No entanto, nos últimos 5 (cinco) anos, mesmo com um reflexo forte de pandemia e da catástrofe climática de 2024, demonstra-se ganho de resiliência em vários segmentos, contendo-se parcialmente esse processo. A resposta está na renovação da matriz produtiva, na adoção de inovação e na produtividade.

Outro aspecto é a **estabilidade social**, a partir de uma nova demografia que exige um grau de sinergia inédito entre equipamentos públicos federais, estaduais e municipais, tanto na saúde quanto na educação e na amplitude do sistema social. Convivem a responsabilidade de cuidar de uma população mais envelhecida, cada vez mais numerosa, com a de desenvolver capital humano mais bem preparado para gerar impacto e aumentar a produtividade.



QUESTÕES GEOGRÁFICAS E ESTRATÉGICAS PECULIARES

RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

A geografia meridional do Rio Grande do Sul, as particularidades de clima e ambiente, a distância dos principais mercados consumidores do Brasil sempre foram fatores portadores de diferenciais, mas também desafiadores para a competitividade econômica. Os efeitos da catástrofe climática de 2024 trouxeram maior necessidade de recuperação de infraestrutura, mas especialmente de construção de capacidade de preparação e prevenção em relação a outros fenômenos climáticos, inclusive com redistribuição urbana.

A defasagem logística e de infraestrutura, agravada desde a catástrofe climática, precisa ser superada a partir da viabilização de investimentos estratégicos em rodovias, da integração com hidrovias e ferrovias e melhor sistema de armazenagem da produção.

03

CAUSAS MOBILIZADORAS DE “CAMINHOS PARA O BRASIL - RIO GRANDE DO SUL”



EIXOS NORTEADORES

Eixo 1: Evolução Institucional e Governança

Causas mobilizadoras voltadas ao fortalecimento das instituições, com avanços na qualidade da governança, representação e gestão. No caso do Rio Grande do Sul, a evolução organizacional e das instituições estaduais e da sociedade para adaptar-se às emergências climáticas, além de completar o ciclo de recuperação das finanças e estrutural do Estado.

Eixo 2: Retomada do Desenvolvimento e Reconversão Econômica

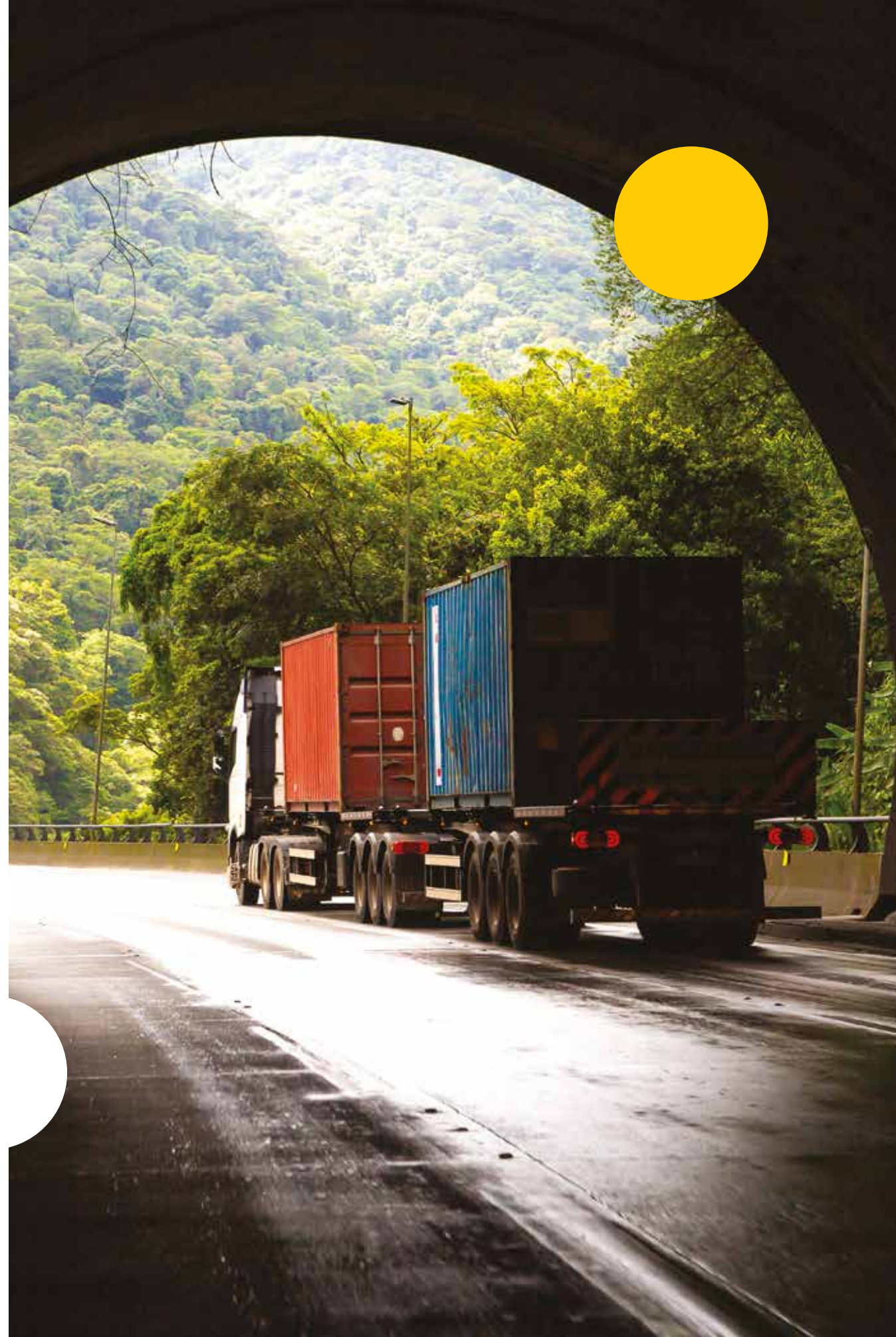
Causas mobilizadoras para a dinamização e modernização da economia, assim como a criação de mais e melhores oportunidades de trabalho. No contexto do Rio Grande do Sul, a aceleração da reconversão e ampliação de oportunidades econômicas.

Eixo 3: Redução das Desigualdades e Integração Social

Causas mobilizadoras voltadas à melhoria na qualidade de vida, trazendo, no caso do Rio Grande do Sul, uma ênfase na integração entre a saúde, a educação e o social e a resposta a desafios específicos da sua demografia.

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

Causas mobilizadoras voltadas ao fortalecimento das instituições, com avanços na qualidade da governança, representação e gestão. No caso do Rio Grande do Sul, a evolução organizacional e das instituições estaduais e da sociedade para adaptar-se às emergências climáticas, além de completar o ciclo de recuperação das finanças e estrutural do Estado.



CONTINUIDADE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E FINANCEIRA DO ESTADO DO RS, GERANDO MAIOR CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

De forma geral, é preciso reafirmar o compromisso do governo estadual com o processo de reestruturação do Estado gaúcho e assegurar um novo ciclo de avanços na recuperação da capacidade plena de operação e investimentos. A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e, mais recentemente, ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG) significa compromissos com a fundamental repactuação da dívida. É preciso preparar-se para a retomada dos desembolsos da Dívida com a União a partir de maio de 2027. Com a reforma tributária, o Rio Grande do Sul poderá encontrar um sistema que melhor equilibre sua receita, além de permitir maior liberdade econômica e produtividade às empresas.

É importante que o Estado possa, no próximo mandato, voltar aos superávits primários, com continuidade do processo de reforma administrativa, reestruturação de carreiras e de contenção/redução dos déficits previdenciários. A Lei de "Teto de Gastos" de 2021 é um avanço institucional que deve ser mantido e tem permitido ao Estado a manutenção de suas despesas em um nível de razoável governabilidade. A adesão ao PROPAG proporciona uma redução no pagamento de juros da dívida, e exigirá o cumprimento das condições do Programa.

Da mesma forma, deverão ser trabalhadas alternativas para recompor o caixa do Estado, uma vez esgotados os recursos emergenciais advindos da catástrofe de 2024 e as receitas originárias de privatizações.

Todas essas medidas partem de um forte comprometimento do futuro governador e da Assembleia Legislativa em prol da continuidade e intensificação da reestruturação. Na mesma linha de "Caminhos para o Brasil", o MDB entende que a austeridade financeira e a recuperação estrutural são atos de responsabilidade para com a geração atual e futura de gaúchos.

CONSOLIDAÇÃO DO CICLO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E ENFRENTAMENTO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O compromisso com o pleno cumprimento do Plano Rio Grande e com o desembolso e execução do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) são características indelévels de uma gestão que coloca a capacidade de recuperação da infraestrutura, o desenvolvimento social e a preparação das cidades como prioridade finalística principal da atuação do Governo do Estado. É preciso garantir a qualidade de governança e transparência do Fundo e sua plena execução no ano de 2027 e além desse.

As mudanças no ambiente urbano das cidades gaúchas também devem seguir uma visão de oportunidade, não apenas de reconstrução do ponto de vista funcional de acesso, mas também de melhoria da condição de resiliência e qualidade urbana da cidade como um todo.

O estado do Rio Grande do Sul pode e deve melhorar o sistema de governança das ações de mitigação, prevenção e reestruturação de suas cidades, indo um pouco além do Plano Rio Grande ao criar pacotes e protocolos acessíveis às cidades de gestão de riscos, captação de recursos, tributação ambiental, educação climática, segurança energética e a preparação para uma cidade com envelhecimento populacional saudável.

A solução institucional convergente entre o inadiável desassoreamento de rios e bacias e o equilíbrio ambiental é uma necessidade para garantir esse processo de prevenção e preparação.

A aplicação de georreferenciamento em todo o território e a regularização fundiária são itens básicos; instâncias unificadas de gestão das ações de mudanças climáticas nas cidades também devem ser incentivadas. É preciso manter o foco nas ações e não deixar que os esforços se dissipem.



RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO E RECONVERSÃO ECONÔMICA

Causas mobilizadoras para a dinamização e modernização da economia, assim como a criação de mais e melhores oportunidades de trabalho. No contexto do Rio Grande do Sul, a aceleração da reconversão e ampliação de oportunidades econômicas.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, CAPITALIZAÇÃO E FOMENTO À DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Uma prioridade estratégica é o fomento à diversificação da economia, realizável a partir de duas frentes principais: a atração de novos investimentos internacionais e nacionais de outras regiões, para aumentar o tamanho da estrutura econômica, preferencialmente de forma descentralizada, nos principais polos do interior do Estado; e a capitalização e modernização tecnológica e de gestão de negócios já instalados, visando à preservação de empregos e da estrutura básica da economia. Essa expansão é possível a partir do uso de fundos públicos e privados para expandir a disponibilidade de crédito em território gaúcho, especialmente a partir de estabelecimentos de fundos de aval, que podem aumentar muito a efetiva tomada de crédito e fomento.

O crédito orientado tem um papel estruturador; a qualificação profissional e de gestão, idem, em especial nos grandes polos regionais de crescimento. Neste sentido, o estímulo a setores que são sustentáveis, intensivos em recursos humanos e subcontratações como serviços qualificados e turismo é importante, a partir da melhoria da infraestrutura dos principais atrativos do Estado e investimento consistente em promoção.

ESTÍMULO À ECONOMIA DE ALTA TECNOLOGIA E VALOR AGREGADO

O Rio Grande do Sul deve optar politicamente em ser o Estado brasileiro de economia com maior grau de inovação e tecnologia agregada em todo o país, seguindo a tradição de produção, indústria e empreendedorismo, mas em um novo encapsulamento que alie capitalização e disponibilidade de recursos a um sistema de produção, pesquisa e extensão universitária compatível. Essa opção depende fortemente de uma intensificação no ciclo ciência-pesquisa-inovação-tecnologia-inovação-marca-valor agregado, da retenção de recursos humanos altamente qualificados formados no Estado, aliada à atração de recursos humanos de todas as partes do Brasil e do mundo, a partir da criação de um ambiente de economias de escopo.

Apenas a inovação e o ganho de produtividade em nível quantitativamente significativo podem compensar as mudanças demográficas e a estagnação da economia tradicional. Tendo em vista as limitações da reforma tributária em relação a políticas estaduais de incentivos, é preciso buscar a criatividade a partir de condições de atratividade, de financiamento e creditícias; "spin-offs" de cidades turísticas em cidades intensivas em conhecimento, atração de nômades digitais, aproveitando a flexibilidade, "global sourcing" e novas formas de alocação do trabalho.

Deve ser enfatizada com realidade de mercado e investimentos-âncora a produção de novos materiais, semicondutores (aproveitando-se a abundância hídrica), biotecnologia, toda a indústria de entretenimento, "gaming" e automação de produção.





INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO DOS PRINCIPAIS POLOS PRODUTIVOS, FORTALECENDO O AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Se a defasagem logística e de infraestrutura afeta a competitividade econômica e as oportunidades dos empreendedores gaúchos de maneira sistêmica, também é verdadeiro que um conjunto de intervenções e melhorias pontuais, de forma gradual e continuada, permitem uma melhoria sensível nas condições. Nessa direção, é importante a escolha de um "grid" prioritário de recuperação e preparação logística, incluindo a logística digital, rodovias, ferrovias e hidrovias e convergir recursos e iniciativas em torno dessas prioridades, justapondo com a estrutura econômica e os planos de expansão.

A produção agroindustrial precisa adensar-se mais em cidades-polo, mas, para isso, é necessário atentar-se melhor à equação logística-matéria-prima-recursos humanos qualificados e adequados. Equipamentos, serviços, todo o conhecimento do setor agrícola e da pecuária devem ganhar escala nacional a partir de condições logísticas e creditícias mais realistas, trazendo alternativas à questão do endividamento dos produtores e possibilitando um amplo programa de fomento e apoio à irrigação.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E INTEGRAÇÃO SOCIAL



Causas mobilizadoras voltadas à melhoria na qualidade de vida, trazendo, no caso do Rio Grande do Sul, uma ênfase na integração entre a saúde, a educação e o social e a resposta a desafios específicos da sua demografia.

PRIORIZAR A FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE CAPITAL SOCIAL COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, VALORIZANDO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE ALTA QUALIDADE

Qualquer estratégia de desenvolvimento ou melhoria de condição geral de governança do Estado apenas se concretizará se existir o desenvolvimento e a formação de capital humano e social. Trata-se de uma grande política de qualificação do capital humano do Rio Grande do Sul, com investimento em qualidade de educação, formação profissional, línguas, habilidades em matemática e lógica. Para isso, é preciso integrar, apoiar,

investir no sistema formado por escolas públicas e particulares, institutos tecnológicos e federais e universidades, com políticas de estímulo aos alunos mais destacados.

Existe, certamente, uma questão fundamental de melhoria dos índices básicos de educação, o que se faz a partir da formação e do apoio docente, especialmente, mas também a estratégia se compraz em uma rede de educação e formação que vise ao desenvolvimento do capital humano e à inclusão produtiva, aprendendo com as melhores práticas nacionais e internacionais.



SINERGIA E INTEGRAÇÃO NO SOCIAL

O Rio Grande do Sul deve aprofundar e escalar a experiência de integração total entre as equipes de Saúde da Família, Assistência e Extensão Social e educação em todos os municípios gaúchos, priorizando inicialmente os alunos das redes públicas municipais e da rede estadual.

O cruzamento das informações é fundamental para poder prestar uma assistência integral, além de monitorar a integração da unidade familiar no acesso aos equipamentos públicos.

De maneira gradual, a mesma experiência em integração deve ser estendida para idosos em situação de vulnerabilidade (integrando o social e a saúde), saúde da mulher e outras situações mais críticas. Com o tempo, a integração física e funcional completa das funções sociais de Estado pode evoluir no Rio Grande do Sul, a partir de acordos com as instâncias municipal e federal.



SAÚDE SE ADAPTANDO A MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E COMPORTAMENTAIS

O estado do Rio Grande do Sul ainda conta com um dos melhores sistemas de saúde do Brasil, mas este é desigual, mal distribuído e necessita de melhorias e investimentos consistentes para responder aos desafios do presente e das próximas décadas.

O RS tem a oportunidade de vir a configurar o sistema de saúde mais inovador do país, por estar vivendo algumas pressões demográficas de forma antecipada. Do mesmo modo, a peculiaridade do clima, a cultura e a geografia trazem aspectos que não podem ser ignorados.

O salto qualitativo no sistema de saúde produz especialmente três fatores de mudança: a criação de um sistema de residências médicas mais robusto no Rio Grande do Sul, com maior atenção e rigor na formação dos profissionais de saúde em todos os níveis; uma evolução definitiva no sistema de gestão e regulação, ajustando a infraestrutura e os serviços hospitalares nos diferentes níveis de complexidade; a adoção de maior tecnologia, com o prontuário eletrônico e o uso responsável da telemedicina no Estado.

Um outro fator sistêmico é o reforço em campanhas de saúde em todas as mídias em território gaúcho, principalmente aquelas relacionadas à epidemiologia específica do Estado, como doenças respiratórias, mas também ligadas à vacinação, ao pré-natal, à melhoria de hábitos alimentares, à prevenção do tabagismo, do alcoolismo e ao atendimento psicossocial. Desse modo, o reforço de ESF, a atenção à saúde na terceira idade e o acolhimento ligado à estrutura social e educacional de maneira ampla serão decisivos.



AS ESCOLHAS DE FUTURO E A URGÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

O Rio Grande do Sul tem vivido um momento desafiador, mas também um momento de evoluções importantes. Tanto no campo econômico e administrativo quanto no aspecto de sentimento da população, renovou-se a esperança a partir de ações por um Estado mais organizado, de desafios mais transparentes e enfrentamento a situações e gargalos que eram tradicionalmente negligenciados, ou colocados em segundo plano.

Esse encontro do Rio Grande do Sul com o seu futuro é uma responsabilidade que a sociedade gaúcha tem neste momento, de não perder os avanços obtidos e da clareza de propósito nos desvãos de demagogia, situações simplistas ou retrocessos.

O objetivo deste documento da Fundação Ulysses Guimarães é colaborar com conteúdo ao debate, à plataforma e à construção da pré-candidatura ao Governo do Estado do MDB no Rio Grande do Sul, assim como as pré-candidaturas ao Senado, à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa.

Queremos estimular e fomentar o bom debate. Do Rio Grande responsável, mais consciente de suas possibilidades e que deseja, sobretudo, avançar.

EXPEDIENTE

Fundação Ulysses Guimarães - FUG

Diretor-Presidente: Alceu Moreira
Secretário Executivo: Guto Scherer

MDB Nacional

Presidente: Baleia Rossi
Secretário Executivo: Reinaldo Japa Takarabe

Conselho Editorial

Presidente: José Alberto Fogaça
Vice-Presidente: Raul Jean Louis Henry Júnior

Conselheiros:

Luís Felipe Loro
Gabriel Sousa Marques de Azevedo
Marga Acioli

Suplentes:

Veluma Vitória Menezes Faria
Mariana Barbalho da Silva

Coordenação-geral

Núcleo de Formulação Política FUG

Coordenação editorial

Guto Scherer
Susana Kakuta
Gustavo Grisa
Renata de Carvalho Rodrigues

Formulação, curadoria e conteúdo técnico

Gustavo Grisa
Renata de Carvalho Rodrigues

Revisão de texto

Agência MOOVE e Ooxz

Projeto gráfico e diagramação

Agência MOOVE e Ooxz

Produção executiva

Núcleo de Comunicação, Marketing e Relacionamento FUG
Marga Acioli
Gustavo Torquato
Marcela Nunes

Tiragem e circulação

Publicação digital, com circulação online no site e nos canais institucionais da Fundação Ulysses Guimarães - FUG. Versão impressa com tiragem de 100 exemplares.

Direitos Autorais

Fundação Ulysses Guimarães - FUG

Aviso legal:

Esta publicação pode ser reproduzida, total ou parcialmente, por quaisquer meios, desde que citada a fonte, preservada a integridade do conteúdo e indicada a autoria institucional da Fundação Ulysses Guimarães. É vedada a utilização para fins comerciais sem autorização prévia da Fundação.

Brasília - DF - Brasil
2026



CAMINHOS PARA O RIO GRANDE DO SUL



JUNHO/2026

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



#PONTODEEQUILÍBRIO